
UM ESTUDO DO POSSÍVEL: DESAFIOS ÉTICOS DA PESQUISA EMPÍRICA COM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO SUL DO BRASIL

IN SEARCH OF THE POSSIBLE: ETHICAL CHALLENGES OF EMPIRICAL RESEARCH WITH VIOLENCE VICTIMS IN BRAZIL.

Aline Passuelo de Oliveira¹
Andressa das Neves Teixeira²

Resumo: O artigo pretende discutir as possibilidades e os limites éticos na pesquisa empírica com vítimas de violência no Brasil. As reflexões foram produzidas a partir de dois percursos de pesquisas de Mestrado em sociologia. Cada pesquisa focou em um grupo de pessoas que sofreu violência no Brasil. A dissertação de Mestrado “Tenemos medo de nosotros – construção social do medo em um conflito prolongado: os refugiados colombianos reassentados no Rio Grande do Sul” (2012) entrevistou refugiados colombianos que foram reassentados no sul do Brasil e a dissertação “Vozes no silêncio: homicídios de jovens negros em Porto Alegre e sofrimento das que ficam” (2019) entrevistou mulheres negras familiares de homens jovens negros assassinados. As duas investigações se encontram na

medida em que analisam o sofrimento social dessas pessoas e manejam com um tema presente em uma sociedade desigual e violenta: o medo enquanto um mobilizador de trajetórias de vida e de resistência dos entrevistados. Os dilemas éticos que foram elencados traduzem contextos colonizados e racializados como o Sul-Americano: a construção da confiança com os interlocutores, a confidencialidade e a proteção dos dados pessoais, os silêncios ao longo do campo empírico e as dificuldades em construir a amostra de entrevistados. Ademais, discute-se também sobre o quanto condicionar a validade de uma pesquisa de acordo com o tamanho de uma amostra pode invisibilizar ainda mais contextos de extrema violação de direitos.

Palavras-Chave: pesquisa empírica; sofrimento social; violação de direitos.

¹ Professora da Área do Conhecimento de Humanidades e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul. Mestra e Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Bacharela em Ciências Sociais pela mesma instituição. E-mail: passueloaline@gmail.com

² Professora da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. Mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Bacharela em Políticas Públicas pela mesma instituição. Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário da Grande Dourados. E-mail: desa.t@gmail.com

Abstract: This article's objective is to discuss the possibilities and ethical limits of the empirical research with violence victims in Brazil. These considerations were first produced as two separate Master thesis in Sociology in the area of Social Minorities: Estigmatization, Discrimination, Unequality and Resistance of the Sociology PhD Program of the Universidade Federal do Rio Grande do Sul, located in Porto Alegre, south Brazil. Each of those works was focused on a group of people who are victims of violence in Brazil. The dissertation "We are Afraid of Ourselves – Social construction of fear in a lengthy conflict: Colombian Refugees resettled in Rio Grande do Sul" (2012) interviewed Colombian citizens. The other thesis "Voices in the Silence: homicides of

young black men in Porto Alegre and the suffering of those who remain" (2019) interviewed black women of the families of the young murdered black men. These two investigations meet at their analysis of social suffering, dealing with a prominent theme in our unequal, violent society: the role of fear as a driving force of the path of life and resistance of the people interviewed, and also as a filter to determine the size of the research samples and the deeper meaning of their stories. It is also discussed here how the validity of a research can be wrongly connected to the size of the sample in order to make the context of extreme human rights violations even more invisible.

Keywords: empirical research; social suffering; rights violation.

Pesquisando grupos em vulnerabilidade em contextos colonizados e racializados: a América do Sul como *locus*

A segunda metade do século XX foi marcada por diversos movimentos de produção epistemológica e teórica em regiões que foram colonizadas por países europeus. Os processos de independência e emancipação das, até então, colônias europeias nos continentes asiático e africano, a partir da metade do século XX, permitiram que um conjunto de contribuições teóricas emergisse e questionasse as relações de poder entre colonizadores e colonizados. O movimento Pós-Colonial tinha como pretensão superar as relações de colonização até então estabelecidas e seus efeitos (BALLESTRIN, 2013). Em 1998 nos Estados Unidos o Grupo Sul-Americano de Estudos Subalternos lança o manifesto inaugural "Colonialidad y modernidad-racionalidad", reimpressão do texto de autoria do sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-1918), publicado originalmente em 1993. O autor empreendeu análises sobre os desdobramentos que a colonização ibérica produziu nos países da América do Sul. Para tanto, cunhou o conceito de colonialidade do poder para pensar relações de poder que gestaram os Estados-nação na região.

Segundo Quijano (2005), ao longo da expansão do colonialismo europeu a ideia de raça se configurou em um dispositivo fundante para a naturalização das

nascentes relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus. Assim, raça foi critério primeiro, definindo a estratificação de poder na nova sociedade e é central para pensar a história das Américas.

Os processos de constituição de identidades nacionalizadas nas colônias ibéricas na região seguiram passos descritos por Anderson (2008), como a imaginação enquanto comunidade e a produção de elementos compartilhados com o objetivo de homogeneizar a distribuição e o controle de poder. Segundo Quijano (2005):

o processo de homogeneização dos membros da sociedade imaginada de uma perspectiva eurocêntrica como característica e condição dos Estados-nação modernos, foi levado a cabo nos países do Cone Sul latino-americano não por meio da descolonização das relações sociais e políticas entre os diversos componentes da população, mas pela eliminação massiva de alguns deles (índios, negros e mestiços). Ou seja, não por meio da democratização fundamental das relações sociais e políticas, mas pela exclusão de uma parte da população. Dadas essas condições originais, a democracia alcançada e o Estado-nação constituído não podiam ser afirmados e estáveis.

As relações violentas sob as quais a região foi constituída, a partir dos processos de colonização de países europeus, são elementos centrais para compreender as possibilidades de produção teórica e empírica com grupos em vulnerabilidade. Refletir acerca das questões éticas que permeiam o fazer da pesquisa empírica em um contexto como o Sul-Americano pressupõem que outras dimensões sejam consideradas, tais como as que se referem à classe, raça e gênero.

Assim, o conceito de interseccionalidade torna-se uma ferramenta de análise que nos ajuda a perceber como diferentes marcadores sociais têm impacto na forma como se ascende aos direitos e às oportunidades. Entende-se interseccionalidade neste artigo, partindo do conceito cunhado e difundido por feministas negras nos anos 1980, com o intuito de dar significado à luta e à experiência de mulheres negras, cujas especificidades não encontravam espaço de discussão quer no debate feminista quer no debate anti-racista (CRENSHAW, 1989; RODRIGUES, 2013). A combinação entre os diferentes marcadores sociais produz experiências singulares que não podem ser ordenadas em escalas e/ou hierarquias (BRAH, 2006).

No que concerne ao contexto colombiano, país de origem do grupo de refugiados pesquisado, a partir da década de 1940 há uma intensificação do conflito entre diferentes setores da sociedade (PÉCAUT, 1997; URIBE DE HINCAPIÉ, 2004). A crise econômica, política, social, militar e a generalização da violência no território colombiano contribuíram para a geração de um ambiente de insegurança e incerteza, no qual a migração surgiria como uma saída viável e até aconselhável para setores cada vez mais amplos da sociedade colombiana (OLIVEIRA, 2012).

Acerca do contexto brasileiro, pesquisar empiricamente grupos em vulnerabilidade social pressupõe que se considerem as desigualdades sociais que estruturam as relações entre as classes sociais, naturalizando-as (SOUZA, 2004). O acesso desigual à universidade é fundamental para que se compreendam as relações assimétricas que se estabelecem entre as pesquisadoras e os grupos investigados:

apesar da expansão das políticas de inclusão, o acesso ao ensino superior brasileiro ainda está restrito a uma parcela pequena da população. Dados levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2019, demonstram que somente cerca de 20% da população entre 25 e 34 anos possui um diploma de nível superior no País. De acordo com o mesmo levantamento, 40% dos ingressantes em universidades, em 2019, pertenciam aos 20% da população com maior poder econômico. No mesmo ano, só 5% pertenciam aos 20% mais pobres da população. (JORNAL DA USP, 2021)

Outro elemento que deve ser considerado é como as sociedades no Norte global enxergam e representam as sociedades e os indivíduos do Sul global a partir da produção conceitual. Spivak (2010) no célebre texto “Pode o Subalterno Falar?” pontua que a *produção intelectual ocidental é de muitas maneiras cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente* (SPIVAK, 2010, p. 20). Assim, a tarefa dos investigadores é subverter tal lógica com o objetivo de chegar ao cerne das problemáticas de pesquisa. A segurança, a dignidade e a integridade dos participantes da pesquisa precisam ser priorizadas como elementos irrenunciáveis, independente dos objetivos da investigação (FERNÁNDEZ, 2017). No Brasil, os elementos constitutivos da pesquisa científica são o Sistema CEP/CONEP formado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, a Resolução 196/96, a Resolução 466/2012, a Plataforma Brasil e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ALVES; TEIXEIRA, 2020). No campo da pesquisa sociológica, o Código de Ética da Sociedade Brasileira de Sociologia coloca como suas finalidades primordiais:

proteger o bem-estar de grupos e indivíduos com quem sociólogos (as) trabalham e que tomam parte no processo de pesquisa; fornecer guias de comportamento para sociólogos (as) entre colegas de profissão, na interação com membros das instituições onde trabalham, e no relacionamento com equipes de pesquisa, e com a sociedade em geral, que pautem as expectativas dos membros da SBS, com base em princípios éticos. O sociólogo (a) deve torná-los conhecidos para que venham a serem respeitados (SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 2021).

Para que sejam contempladas, tais finalidades necessitam de documentos que possam garantir aos participantes da pesquisa um esclarecimento que lhes dê confiança no processo:

a segurança, anonimato e privacidade de participantes em pesquisas deverão ser rigorosamente respeitadas tanto em pesquisas qualitativas quanto quantitativas. A fonte da pesquisa deve ser confidencial, a não ser que informantes concordem ou tenham solicitado para serem citados. Caso os informantes possam ser facilmente identificados, pesquisadores (as) devem alertá-los para consequências que possam advir para os (as) informantes, da divulgação dos resultados da pesquisa (SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 2021).

As regulamentações supracitadas são fundamentais para que a pesquisa científica com seres humanos no campo da Ciências Sociais sejam realizadas com a lisura e a confiabilidade necessárias. As próximas duas seções trarão relatos de como a pesquisa empírica na prática com grupos em vulnerabilidade por conta de violência e os dilemas suscitados.

Relato de pesquisa empírica com refugiados colombianos

A aproximação da pesquisadora com o tema se deu a partir do trabalho humanitário com refugiados no estado do Rio Grande do Sul¹. A atuação como socióloga no Programa Brasileiro de Reassentamento² de Refugiados³, parceria entre o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, o Comitê Nacional para Refugiados – CONARE⁴ e a Associação Antônio Vieira – ASAV⁵, permitiu uma inserção inicial pela via laboral. Entre os anos de 2006 e 2014 a atuação próxima com populações em deslocamento internacional forçado suscitou questões que somente através da pesquisa científica poderiam ser devidamente abordadas e aprofundadas. Dentre as atividades desempenhadas, estavam: o acompanhamento dos refugiados reassentados em órgãos estatais para realizar seu registro, como à Política Federal, para confeccionar o Registro Nacional de Estrangeiro, à Receita Federal para fazer seu Cadastro de Pessoa Física, ao Posto de Saúde para o registro no Sistema Único de Saúde, ao Centro de Referência da Assistência Social para o registro no Cadastro Único, dentre outros percursos. Essa intensa circulação entre os diferentes entes estatais foi a responsável por apresentar à pesquisadora essa complexa rede que desempenha um papel de porta de entrada aos imigrantes que chegam ao Brasil.

A circulação exigida na chegada de imigrantes entre instituições foi um dos elementos que permitiu a construção da dissertação de mestrado “*Tenemos miedo de nosotros mismos*”: a construção social do medo em uma situação de conflito prolongado: os refugiados colombianos reassentados no Rio Grande do Sul” (OLIVEIRA, 2012). Buscou-se pensar como pessoas em deslocamento, por conta do conflito colombiano; enxergavam em perspectiva sua saída do país, sua estadia provisória no Equador e sua vinda para o sul do Brasil. Pensar nas trajetórias indi-

viduais permitiu uma leitura sobre a condição conflitiva de certas regiões colombianas e discutir a questão do refúgio no Brasil a partir do ponto de vista daqueles que apelam a este instituto jurídico. Tal pesquisa elucidou diversas questões que emergiram das relações estabelecidas com aqueles que se tornaram interlocutores.

Em termos quantitativos, mais de duas centenas de refugiados colombianos passaram pelo Programa de Reassentamento Solidário no Rio Grande do Sul, cuja vigência foi de 2003 a 2021. Muitos destes se desligaram do programa por conta própria e suas localizações atuais são desconhecidas, já outros, através de pedido de repatriação voluntária retornaram à Colômbia por intermédio de programa específico do ACNUR.

Cabe ressaltar que nem todos se sentiram confortáveis para falar de seus percursos migratórios, pois o ciclo do refúgio impõe diversas formas de violências e retomar tais histórias se mostram. Dessa maneira, não foi possível a construção de uma amostra que comportasse uma diversidade de perfis muito abrangente. A relação já estabelecida entre a pesquisadora e os refugiados, por conta de sua participação na equipe técnica do Programa de Reassentamento Solidário, não garantiu, plenamente, a participação. Sendo assim, um grupo foi selecionado, tendo por base uma diversidade de sexos, idades, locais de procedência, graus de instrução, profissões, agentes perseguidores, entre outros. E a partir dessa seleção prévia foram realizados os contatos para explicação dos objetivos da pesquisa e a identificação dos interessados. Diante desse quadro, pode-se afirmar que o entrevistado é que selecionou a pesquisa, isto é, se dispôs a participar dela. A descrição detalhada desse processo se faz necessária. O medo que é inculcado no indivíduo socializado sob a égide de um conflito prolongado continua operando na vida dos indivíduos, mesmo estando distante, há quilômetros do local da perseguição.

E isso é demonstrado mesmo em situações que devem ser orientadas pela ética, como a pesquisa científica. A garantia de que os dados pessoais não seriam divulgados, especialmente a localização, nem sempre é suficiente. A falta de confiança, tanto nas pessoas, mas principalmente quanto nas instituições, é algo central para a compreensão de determinadas posturas adotadas pelos refugiados colombianos.

Dentro do grupo de entrevistados algumas situações puderam ser observadas. Nem todos contaram seu histórico de perseguição de maneira detalhada, dedicando a maior parte de suas falas sobre as experiências no país de refúgio e reassentamento. Alguns falaram por horas, elevando o momento da entrevista a quase que uma escuta de si próprio com o objetivo de seguir elaborando suas histórias. Outros se limitavam a responder os questionamentos com uma ou duas frases bastante objetivas e racionais. Quem sabe se por medo que a emoção tomasse conta?

Os vínculos construídos entre a pesquisadora na condição de trabalhadora humanitária e os interlocutores da pesquisa merecem reflexão. A condição de vulnerabilidade experimentada pelos refugiados no momento da chegada em outro país faz com que as instituições que prestam orientação sejam decisivas no início desse percurso. Assim, a construção das relações de confiança com trabalhadores humanitários, voluntários e instituições é fundamental. No entanto, não é possível desconsiderar desequilíbrios de poder (HUGMAN; PITTAWAY; BARTOLOMEI, 2011) nas relações estabelecidas entre trabalhadora humanitária/pesquisadora e refugiado.

Relato de pesquisa com familiares de vítimas de homicídios

A pesquisa de Mestrado intitulada “Vozes no Silêncio: homicídio de jovens negros em Porto Alegre e sofrimento das que ficam” teve como objetivo analisar as expressões de sofrimento social apresentadas *pelas que ficam*: mulheres negras familiares e companheiras de jovens negros vítimas de homicídio em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, estado mais ao sul do Brasil. Antes, porém, de apresentar e refletir sobre as questões que surgiram no momento de arquitetar e efetivamente ingressar no campo, é importante falar brevemente sobre o motivo pelo qual esse recorte foi estabelecido.

Dentre as principais razões para essa escolha estavam: a racialização do altíssimo índice de homicídios no Brasil, que movimentos negros denunciam como genocídio da população negra, a evidência de que Porto Alegre é a sexta capital brasileira com maior taxa de homicídios entre jovens negros (WASELFISZ, 2014), a aproximação com debates estabelecidos por coletivos de familiares de vítimas de violência do eixo Rio-São Paulo (como as Mães de Maio e a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência)⁶ e o acesso a estudos – como de Teixeira (2016) – que compreendem que homicídios não são eventos pontuais, mas fatos que continuam reverberando na vida das pessoas próximas à vítima. Essa confluência de elementos foi o que despertou este interesse de pesquisa, afinal se quem mais morre no Brasil são os jovens negros, então quem mais tem que conviver com as consequências dessa perda são as mulheres negras. E se Porto Alegre figura, mesmo com apenas 20% da população se autodeclarando negra⁷, como uma das capitais em que mais morrem jovens negros, seria importante refletir sobre como essas mulheres experienciam essa dor.

Desde quando a investigação ainda era apenas um projeto já havia uma grande preocupação por parte da pesquisadora sobre como acessar as interlocutoras. Afinal, um dos objetos da dissertação era de fazer um trabalho responsável que fizesse

sentido àquelas mulheres cujas falas seriam essenciais para o seu desenvolvimento. Foram os estudos sobre familiares de vítimas de violência que deram pistas sobre a forma como a entrada em campo poderia ser planejada. Muitos deles estavam vinculados à área da saúde⁸ e aconteciam a partir de serviços de saúde, o que não era uma opção viável, mas que mostrou que o caminho era buscar intermediação.

Essa intermediação não era somente para facilitar a entrada em campo, mas para que ela acontecesse da forma mais responsável possível. Buscou-se, assim, recorrer a pessoas negras que trabalhavam em instituições ou que atuavam em movimentos sociais e fazer delas pontes para chegar até possíveis interlocutoras. Dessa forma, garantiu-se que todas as mulheres que aceitaram participar da pesquisa estivessem inseridas em uma rede de apoio, ainda que não institucional/oficial. Ter essa garantia era crucial, visto que falar de uma vivência tão delicada poderia acionar gatilhos e, caso isso realmente acontecesse, elas saberiam e teriam a quem e para onde recorrer.

Conseguiu-se no total contato com sete mulheres e os encontros com elas ocorreram entre junho de 2018 e fevereiro de 2019. Os três primeiros contatos aconteceram em um centro cultural, localizado na Zona Leste de Porto Alegre, por meio do contato estabelecido com a filha de uma liderança da região onde a instituição está localizada. Mais adiante, por intermediação de uma senhora vinculada à ONG Maria Mulher – uma organização de mulheres negras – conseguiu-se chegar até três mulheres que moram na Zona Sul de Porto Alegre. Por fim, o contato com a última interlocutora foi estabelecido a partir da ajuda de um educador social que atua no mesmo coletivo que ela: o coletivo Alicerce⁹.

Em relação ao registro das entrevistas, com a autorização das interlocutoras, quatro delas foram gravadas em áudio e as outras três registradas em um diário de campo. Dialogando com o código de ética da SBS, todas as mulheres tiveram suas identidades preservadas, com os nomes alterados e os bairros onde viviam não divulgados. A única exceção nesse sentido, foi de duas entrevistadas que, muito provavelmente por serem lideranças políticas em seus territórios, optaram por terem seus nomes reais revelados. Ainda sobre essa questão, julgou-se apropriado não fazer um termo de consentimento que exigisse assinaturas, justamente pelo fato do medo ter aparecido constantemente em suas narrativas. Se a maioria delas verbalizava temor, ainda que quisessem falar, condicioná-las a fazer um registro assinado seria uma forma de enfraquecer essa confiança. Com a maioria tendo optado pelo anonimato, os acordos foram verbais e a pesquisadora colocou-se à disposição para que elas entrassem em contato caso trocassem de ideia e também para verem como seus relatos foram abordados.

Dilemas éticos compartilhados: vulnerabilidades, violências e possibilidades na pesquisa empírica

O debate sobre a neutralidade na construção do desenho de pesquisa sociológica já foi exaustivamente realizado ao longo da história da disciplina. Inclusive por Max Weber, quando diferencia uma neutralidade que desconsidera a posição que os pesquisadores ocupam na estratificação social e contribui com a definição de neutralidade axiológica, que considera o local a partir do qual o pesquisador enxerga a realidade social e reafirma a cientificidade da pesquisa neste campo de estudos com base no domínio e aplicação da metodologia científica (FREUND, 2003). A construção do desenho da pesquisa que tem como interlocutores membros de grupos em vulnerabilidade social deve considerar qual a possibilidade real de escuta, isto é:

em que medida entra ou deve ser incorporada ao nosso repertório ético enquanto cientistas sociais a preocupação com a criação de condições de possibilidade para que outras falas emergjam nesse processo de escuta? É/deve ser/pode ser nossa essa atribuição? (MARQUES; GENRO, 2016, p. 333)

Sem dúvida, em pesquisas como as aqui relatadas, em que os interlocutores se dispõem a participar e rememorar fatos traumáticos, o tipo de parceria estabelecida merece ser mais bem elucidada. O debate colocado sobre a emergência da pesquisa em colaboração em Marques e Genro (2016) auxilia neste exercício:

no afã de lançar luz sobre sua emergência, proponho o movimento de entendê-la por sua inversão: se houve necessidade de falar-se em pesquisa em colaboração é porque o paradigma hegemônico é o da pesquisa feita em detrimento. Nesse sentido, ao falar em pesquisa cuidadosa x pesquisa sem cuidado (ou descuidada), refiro-me à mesma lógica extrativista e unilateral que é denunciada pelas metodologias em colaboração. (MARQUES; GENRO, 2016, p. 328)

O acesso e a construção da confiança com grupos em vulnerabilidade social precisam ser considerados e a entrada em campo descrita por Teixeira (2019) ilustra isto. Compartilhou-se com as interlocutoras como estava sendo o processo de entrada no campo, o motivo pelo qual o contato entre elas e a pesquisadora havia sido mediado. Isso serviu para deixá-las um pouco menos desconfortáveis e mais seguras em relação a como que seus relatos seriam utilizados para a construção da pesquisa.

Acerca da confidencialidade e da proteção dos dados, em ambas pesquisas os termos foram estabelecidos de forma similar. Os termos de consentimento foram verbais, optando para que não houvesse um registro físico da identidade dos interlocutores e isto só foi possível pela existência de relações de confiança muito bem construídas.

Os silêncios durante a realização das pesquisas devem ser passíveis de análise. Em algumas situações, especificamente no momento de definição das entrevistadas, Teixeira (2019) encontrou aquilo que denominou como “recusas educadas” de pessoas que responderam inicialmente ao contato, mas que pararam de responder. Em outros casos, pessoas que aceitaram o contato para marcar a entrevista, mas que no momento de definição respondiam de forma vaga com “vamos ver” ou “conversamos depois”. Podiam no início não ser negativas explícitas, mas o andar da pesquisa demonstrou que se configuraram como recusas de uma participação efetiva. Pode também ser um efeito da violência, uma expressão do sofrimento social causado por ela. O silêncio por vezes desempenha o papel duplo de ser uma imposição e uma estratégia, isso porque ele apareceu sendo acionado como uma estratégia de proteção para as vidas das que ficam e as vidas de seus familiares. O silêncio não era uma aceitação da condição, mas uma forma de tentar seguir adiante com suas vidas.

O número restrito de entrevistados nas duas pesquisas também evoca como o medo de novas situações de violência opera nas trajetórias de interlocutores pertencentes a grupos em vulnerabilidade social, na medida em que poucos foram os indivíduos que se dispuseram a participar efetivamente das pesquisas. No entanto, cabe refletir se a validade de uma pesquisa pode ser comprovada somente levando em consideração o tamanho das amostras alcançadas e desconsiderando os contextos nos quais os interlocutores estão inseridos. Insistir nisso é insistir em uma crença de que alguns temas de pesquisa são mais legítimos do que outros. Em uma pesquisa de Mestrado que se proponha a dialogar de uma maneira minimamente direta com vítimas de violência, pelo tempo que se tem disponível e pela temática sensível, é muito provável que não se tenha um ‘n’ considerável. O salto que nossas pesquisas propuseram é: como não parar aí, como fazer do que se conseguiu, do que esteve ao nosso alcance uma oportunidade de fazer uma reflexão distinta, uma reflexão que olhasse para outras perspectivas da realidade social. Parece que uma amostra à primeira vista restrita, pode dizer muito sobre um contexto de vulnerabilidade social.

Considerações finais

Este artigo mapeou alguns desafios éticos que se impõem ao pesquisar grupos em vulnerabilidade social motivados por violências em contextos desiguais como o brasileiro. A proposta foi iniciar um debate qualificado e não esgotá-lo.

Fica evidente como a exposição à violência aprofunda as desigualdades sociais: as relações de poder assimétricas entre universidade e determinados grupos sociais em contextos como o brasileiro podem perpetuar estruturas sociais excludentes. O

desafio para os pesquisadores do sul Global como campo empírico é construir bases para romper com os ciclos da exclusão.

O percurso argumentativo realizado por Spivak (2010) ao longo do texto contribui com exemplos empíricos que a levam à seguinte resposta à pergunta que intitula seu texto: não, o subalterno não pode falar! Já que estas falas necessitam de uma escuta que tenha acesso e compreenda as estruturas das denominadas culturas subalternas. Assim, o limite das pesquisas territorializadas no sul Global necessita ser reconhecido. As perguntas precisam ser refeitas e reinterpretadas a partir de chaves de leitura que deem conta de tais realidades. Do contrário, corre-se o risco de permanecer na superfície.

Para Veena Das (ano) não se deve iniciar uma investigação determinando quais serão os limites nela a serem enfrentados; tais limites devem ser descobertos (DAS, DIFRUSCIA, 2010). As pesquisas que sustentam essas discussões, mesmo tendo dificuldades para serem executadas, tiveram uma importância para começar a tatear algumas questões sobre violência que ainda são pouco exploradas. Os campos empíricos podem parecer restritos e incompletos. No entanto, o esforço de desvelar tais contextos precisa iniciar de alguma maneira.

Referências

- ALARCÃO, Ana Carolina; CARVALHO, Maria Dalva; PELLOSO, Sandra. A morte de um filho jovem em circunstância violenta: compreendendo a vivência da mãe. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 16, n. 3, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2814/281421890002.pdf>. Acesso em:
- ALVES, Daniela Alves de; TEIXEIRA, Wanessa Milagres. Ética em pesquisa em Ciências Sociais: regulamentação, prática científica e controvérsias. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 46, e217376, 2020.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, pp. 89-117, 2013
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, junho de 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>. Acesso em: 03 nov. 2019.
- COSTA, Daniella. *Um olhar sistêmico sobre famílias de jovens vítimas de homicídio*. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/13478>. Acesso em:
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, 10(1), 17, 2002.
- DALBOSCO, Carla. *Ressonâncias da morte violenta de adolescentes e jovens: estudo teórico clínico de famílias em sofrimento*. 2006. 217 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/3609>. Acesso em: 29 out. 2021.
- DAS, Veena; DIFRUSCIA, Kim. Listening to voices: an interview with Veena Das. *Altérités*, Montreal, v. 7, n. 1, p. 136-45, 2010.
- JORNAL DA USP. Educação Superior no Brasil é historicamente limitada e necessita de políticas públicas de acesso. *Jornal da USP*, 30 ago. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=449170>. Acesso em: 22 set. 2021.
- FERNÁNDEZ, Rosalía Lopez. “No nos sentimos identificadas”. La ética de lo concreto en los procesos de investigación con personas inmigrantes. *REMHU*, Brasília, v. 25, n. 50, p. 81-96, 2017.
- FREUND, Julien. *A Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- HUGMAN, Richard; PITTAWAY, Eileen; BARTOLOMEI, Linda. When “do no harm” is not enough: the ethics of research with refugees and other vulnerable groups. *British Journal of Social Work*, 2011 (41), 1271-1287.
- LAGATTA, Pedro. *Uma experiência de escuta de familiares vítimas da letalidade policial na cidade de São Paulo*. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017 Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponi->

veis/47/47131/tde-01092017-104250/en.php. Acesso em:

MARQUES, Pâmela Marconatto; GENRO, Maria Elly Herz. Por uma ética do cuidado: em busca de caminhos descoloniais para a pesquisa social com grupos subalternizados. *Estudos Sociológicos*, Araraquara, v. 21, n. 41, p. 323-339, jul./dez. 2016.

MEXICO DECLARATION AND PLAN OF ACTION TO STRENGTHEN THE INTERNATIONAL PROTECTION OF REFUGEES IN LATIN AMERICA. Mexico City, 2004. Disponível em: https://www.oas.org/dil/mexico_declaration_plan_of_action_16nov2004.pdf. Acesso em: 21 out. 2017.

MOVIMENTO MÃES DE MAIO. (2011). *Mães de maio: do luto à luta*. São Paulo: Giramundo Artes Gráficas. Disponível em: <https://cutt.ly/bgP0DM0>. Acesso em: 29 out. 2020.

OLIVEIRA, Aline Passuelo de. “*Tenemos miedo de nosotros mismos*” – a construção social do medo em uma situação de conflito prolongado: os refugiados colombianos reassentados no Rio Grande do Sul. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2012.

PÉCAUT, Daniel. Pasado, presente y futuro de la violencia. Análisis Político, Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales (IEPRI). *Universidad Nacional de Colombia*, Bogotá, n. 30, pp. 1-42, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*.

Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 16 a 20 de setembro de 2013. Anais. (setembro, 2013).

SANTOS, José Eduardo. *Mind the gap! (Cuidado com o vão!)*: repercussões do homicídio entre jovens de periferia da cidade de Salvador. 2008. 372 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/27090>. Acesso em:

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. Código de Ética da Sociedade Brasileira de Sociologia. Disponível em: <https://www.sbsociologia.com.br/a-sociedade/codigo-de-etica/>. Acesso em: 30 out. 2021.

SOUZA, Jessé. Gramática Social da Desigualdade Brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 19, n. 54, fev. 2004.

TEIXEIRA, Andressa das Neves. *Vozes no silêncio: homicídios de jovens negros em Porto Alegre e sofrimento das que ficam*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/SgP0JXl>. Acesso em: 29 out. 2020.

TEIXEIRA, Clodine Janny. *Vítimas ocultas das mortes escancaradas: as repercussões da morte violenta de um jovem na vida dos sobreviventes*. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://cutt.ly/RgP0L1Q>. Acesso em: 29 out. 2020.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES/UNHCR. UNHCR Resettlement Handbook. Geneva: UNHCR, 2011.

URIBE DE HINCAPIÉ, Maria Teresa. Las palabras de la guerra. *Estudios Políticos*, Instituto de Estudios Políticos, Universidad de Antioquia, Medellín. n. 25, pp. 11-34, julio-diciembre, 2004.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. (2014). Os jovens do Brasil: mapa da violência 2014. Brasília, DF: Seppir.

Notas

- ¹ Unidade federativa localizada no extremo sul do Brasil fazendo fronteira com a Argentina e o Uruguai.
- ² *“Resettlement involves the selection and transfer of refugees from a State in which they have sought protection to a third State which has agreed to admit them – as refugees – with permanent residence status. The status provided ensures protection against refoulement and provides a resettled refugee and his/her family or dependants with access to rights similar to those enjoyed by nationals. Resettlement also carries with it the opportunity to eventually become a naturalized citizen of the resettlement country.”* (UNHCR, 2011, p. 3)
- ³ “Na reunião preparatória de Brasília (26-27 de agosto de 2004), o Governo do Brasil propôs a criação de um programa de reassentamento regional para refugiados latino-americanos, marcado pelos princípios de solidariedade internacional e responsabilidade compartilhada. Esta iniciativa abre a possibilidade para que qualquer país da América Latina se associe no momento que considere oportuno, oferecendo-se para receber refugiados que se encontram em outros países da América Latina. O anúncio deste Programa foi bem recebido pelos países da região que acolhem um importante número de refugiados, como instrumento que ajuda a mitigar o impacto da situação humanitária que enfrentam.” (DECLARAÇÃO E PLANO DE AÇÃO DO MÉXICO, 2004, p. 10-11)
- ⁴ Órgão multiministerial sediado no Ministério da Justiça que decide sobre a elegibilidade dos solicitantes de refúgio.
- ⁵ Organização da sociedade civil que representa a Congregação Jesuíta no sul do Brasil.
- ⁶ Leituras como Movimento Mães de Maio (2011) e Araújo (2012) abordam mais sobre esses coletivos.
- ⁷ Segundo o Censo de 2010 do IBGE, 79,23% da população de Porto Alegre é autodeclarada branca e 20,24% negra (pretos e pardos). Esse dado é importante para contrastar com a população em geral do Brasil, em que pouco mais de metade da população se autodeclara negra (pretos e pardos).
- ⁸ Como Alarcão, Carvalho e Peloso (2008); Costa (2015); Dalbosco (2006); Lagatta (2017) e Santos (2008).
- ⁹ Importante destacar que mesmo acionando a intermediação como estratégia, foi extremamente difícil encontrar mulheres que estivessem dispostas a compartilhar suas narrativas. Foram muitos contatos não respondidos ou respondidos e não continuados. Mais adiante falaremos sobre como isso também indicava um importante achado de campo.